

“MINERAÇÃO? AQUI NÃO!”: a construção da resistência à mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais¹.

Lucas Magno²
Luiz Paulo Guimarães de Siqueira³
Aline Guizardi Delesposte⁴

Resumo

Desde os anos 2000 a Companhia Brasileira de Alumínio pretende expandir suas atividades relacionadas a mineração de bauxita no entorno da Serra do Brigadeiro, Zona da Mata mineira. São centenas de áreas em processo de licenciamento ambiental que abrangem uma porção de terras de aproximadamente 150 km. Além das minas, fazem parte do projeto da empresa a construção de barragens de rejeitos e unidades de beneficiamento mineral. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é mostrar que esta proposta tem sido contestada por agricultores e diversas organizações sociais, o que tem provocado conflitos ambientais e um amplo processo de mobilização e resistência. As análises desenvolvidas tomam como referências as experiências em extensão dos autores, entrevistas semiestruturadas e trabalhos de campo. Como resultados, destacamos a (re)construção da Comissão Regional de Luta Contra a Mineração, a campanha “Mineração? Aqui não!”, o intercâmbio entre atingidos por mineração de diversos estados brasileiros para conhecer as experiências de resistência na Zona da Mata e a realização de trabalhos de base em comunidades e em escolas rurais dos municípios da região.

Palavras-chave: mineração, conflitos ambientais, resistências sociais.

Introdução

Dos vários conjuntos serranos de Minas Gerais que estão atualmente no centro dos conflitos ambientais envolvendo atividade de mineração, a Serra do Brigadeiro se destaca. Localizada no extremo norte da Serra da Mantiqueira, mais precisamente na porção leste-nordeste da mesorregião da Zona da Mata, ela abriga uma das mais significativas áreas de mata atlântica ainda preservadas do estado, grande biodiversidade e milhares de agricultores familiares residindo no seu entorno. Entretanto, esta paisagem se vê ameaçada pelo avanço da atividade de mineração de bauxita, pretendida pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA).

O interesse dessa empresa no subsolo da Serra do Brigadeiro não é recente. Desde a década de 1950 a CBA vem promovendo uma série de pesquisas e estudos na região a fim de

¹ Este trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

² Professor de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – IF Sudeste MG/Campus Muriaé.

³ Biólogo e membro da coordenação estadual do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM/MG.

⁴ Geógrafa e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGSP/UFSC.

encontrar novas reservas minerais para expandir sua produção. Na década de 1980, porém, tais pesquisas foram intensificadas, especificamente numa área entre os municípios de São João Nepomuceno e Fervedouro, indicando que lá se localizava uma enorme reserva mineral. Tal descoberta fez com que a Serra do Brigadeiro ficasse conhecida como o “veio da bauxita brasileira”, já que se tratava da segunda maior reserva do país.

Em trabalhos anteriores (MAGNO, 2015a; MAGNO, 2015b; VARIZI *et. al.*; 2016) mostramos como a CBA se instalou na Zona da Mata mineira e como ela tem planejado expandir seus empreendimentos minerários nos próximos anos, e que isso tem se revelado como um projeto hegemônico de ordenamento territorial, gerando inúmeros impactos socioambientais, violência física e simbólica e violação de direitos humanos. Neste trabalho, porém, o objetivo é mostrar que, mesmo diante de injustiças socioambientais, a população e diversas organizações sociais ameaçadas com o avanço da mineração na Serra do Brigadeiro não se calam, encampando diversas ações coletivas de contestação e resistência. Para isso, o mesmo foi dividido em três partes, a saber: i) breve debate a respeito do marco teórico-conceitual que nos guiou; ii) descrição das ações coletivas de contestação e resistência à mineração na Serra do Brigadeiro construídas no período entre os anos 2000 e 2017; e iii) reflexões sobre o caso apresentado e indicações de pesquisas posteriores.

Cabe ressaltar que as escolhas teórico-conceituais e os objetivos delineados no trabalho estão relacionados com as atividades de militância dos autores e, no âmbito de uma rede de pessoas e organizações sociais com as quais existem laços de colaboração, apoio mútuo e afinidade política, a metodologia do trabalho se caracterizou como pesquisa-ação (THIOLLENT, [1986] 2005; BRANDÃO, 1988; FREIRE, 1988). Ela tem este nome tanto por ser, enquanto pesquisa, uma ação militante engajada, quanto pelo fato de ser também uma investigação exercida em um contexto de militância por pessoas envolvidas nos/com os processos pesquisados.

Essa opção metodológica visou fornecer aos grupos com os quais houve (há) interação meios de os/nos tornar capazes de responder aos problemas do território em que vivem(os), especialmente no que se refere a transformações sociais desejáveis, problematizando um conjunto de questões que os/nos afligem. Para isso, as técnicas de pesquisa empregadas foram: i) pesquisa documental - de relatorias, e-mails e documentos produzidos pelas organizações sociais envolvidas com os processos de resistência a fim de compreender o conflito ambiental envolvendo mineração numa perspectiva histórica; ii) trabalhos de campo - entre os anos de

2015 e 2017 foram realizados vários trabalhos de campo em comunidades rurais dos municípios de Muriaé, Miradouro e Rosário da Limeira em formas de “eventos”, tal como propôs Santos ([1996] 2006), intencionando construir uma agenda de interação comum entre população local, organizações/movimentos sociais e instituições de ensino, pesquisa e extensão; e iii) entrevistas semiestruturadas - elas foram realizadas com informantes-chave durante os trabalhos de campo, porém, dados os objetivos das mesmas, também foram complementados por contatos telefônicos em momentos posteriores.

Espaço, conflitos e geometrias de poder: construindo um debate a respeito das articulações social de resistência à mineração.

Nenhuma sociedade pode existir fora do espaço. O modo de produção da sociedade é o modo de produção do seu espaço, já argumentaram Lefebvre (1991) e Santos (2006).

Lefebvre (1991) recusou interpretar o espaço como algo dado à priori, neutro, ou como um vazio no qual se organizam os objetos. Esse autor afirmou que o espaço é social e politicamente construído a partir das características de cada sociedade e que esse processo está permeado de relações de cooperação e de conflito. Milton Santos (2006: p 63), por sua vez, definiu espaço como sendo formado por um “(...) conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”, e, da mesma forma que Lefebvre, argumentou que no espaço coexistem cooperação e conflito.

Essas duas propostas teóricas podem ser consideradas fios condutores do trabalho em tela. Junto a elas, podemos incluir também a ideia de Massey (2000: p. 179) de que “(...) há muito mais coisas determinando nossa vivência do espaço do que o 'capital'”, e uma outra proposição desta mesma autora que se refere ao entendimento do espaço geográfico como produto de inter-relações multiescalar da sociedade, esfera da possibilidade da existência da multiplicidade do social e que está aberto a novas (re)construções a partir do encontro de distintas trajetórias sociais, engendrando distintas geometrias de poder (MASSEY, 2008).

Essas narrativas mostram que ao falar do espaço é necessário entender que, para além de um significado estritamente econômico, ele é permeado por “muito mais coisas” que afetam a maneira como experimentamos a realidade geográfica, e que esta realidade é permeada de encontros em vários “aqui e agora” que, por sua vez, possibilitam a emergência de novos processos políticos contestatórios daqueles patrocinados pelo capital.

A ideia de que o espaço é passível de distintas representações sociais é importante na medida que é ela que embasa o entendimento dos conflitos ambientais no Brasil. Ao discutir a natureza dos conflitos, Acselrad (2004: 26) argumentou que o espaço é um recurso comum, porém exposto a distintos projetos e formas de apropriação material e simbólica. Nesse sentido, eles são entendidos como “(...) aqueles envolvendo grupos com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território” e têm origem quando “(...) pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis (...) decorrentes do exercício das práticas de outros grupos”.

Zhour e Laschefski (2010) também se remeteram ao espaço geográfico para compreender os conflitos ambientais, argumentando que estes exprimem as contradições do agenciamento espacial de atividades, em geral dos grandes projetos de desenvolvimento urbano-industriais, e formas sociais e comunitárias de uso e apropriação dos recursos naturais. Assim, segundo estes autores, um dos desafios para as democracias contemporâneas, especialmente as da América Latina, seria o reconhecimento das diversas experiências possíveis com o espaço, o que remeteria, por sua vez, ao poder das pessoas optarem por permanecer em seus territórios, como atestam várias lutas sociais contra empreendimentos hidrelétricos, contra monoculturas de eucalipto, enfim, contra formas de ocupação e apropriação espacial realizadas pelo capital.

Porém, em termos gerais, o discurso acionado pelos grandes projetos de desenvolvimento, aqui expressos a partir do setor mineral, revela outra visão, uma que poderíamos dizer ser dominante e que vê o espaço geográfico exclusivamente como recurso econômico. Esta forma utilitarista de enxergar a realidade espacial se faz explícita por meio de várias estratégias que remetem à discursos depreciativos das terras tradicionalmente ocupadas, a redução da diversidade de formas de imaginação territorial a um conjunto homogêneo de propriedades ou imóveis a serem removidos, ou através de cooptação e controle dos órgãos de licenciamento ambiental.

Em contraponto, os segmentos dominados, representados pelas comunidades ameaçadas/atingidas por tais projetos, lutam pela afirmação/garantia de seus direitos e, em especial, pelo direito de dizer não: não queremos ser deslocados; não queremos sair de nossos territórios; não somos atrasados; não precisamos desse desenvolvimento (ver, por exemplo, Delesposte e Magno, 2013; Magno, 2013; Carneiro, 2016; Romero e Gutiérrez, 2016; Bottaro

e Álvarez, 2016). Estas contestações marcam a formação de mobilizações sociais de diversas categoriais sociais e a reconstrução de territórios que passam a pautar o esforço para articular esse problema socioambiental como um fato político e coletivo, e de onde podem emergir novas geometrias de poder através de articulações sociais de resistência.

A aliança de distintas categorias sociais para resistência pode ser concebida, segundo Laclau e Mouffe (2015)⁵, como uma relação de contiguidade entre diferentes organizações sociais frente a uma problemática comum e que possibilita a formação de cadeias de equivalências em que diferenças mútuas entre identidades são canceladas temporariamente e passam a articular uma identificação comum subjacente a elas e contrária a um discurso/identidade que as nega, isto é, contra um antagonista⁶. Com isso, o processo gerado evidencia um projeto alternativo que acena a existência de uma pluralidade de subordinados e oprimidos, e isso, mais do que possibilitar a articulação política, visibiliza um antagonista comum que tem a ver com os usos e representações possíveis do espaço geográfico.

Porém, para entender/intervir em tal processo é necessária uma ação comunicativa, no sentido de Freire (1983; 1984), que a definiu a partir de três aspectos: i) sua natureza humana (outros animais não têm à natureza da comunicação humana); ii) dialógica (como um compromisso político com a mudança na perspectiva dos oprimidos, de maneira contextualizada e histórica); e iii) uma ação cultural para a liberdade. Assim, para Paulo Freire, as transformações sociais que derivam dessa perspectiva comunicacional e emancipatória só se dão de maneira contextualizada e tendo em conta a totalidade social, e, ao nosso ver, são nelas que residem as forças de resistência à projetos hegemônicos de ordenamento territorial.

Tendo esse debate como pressuposto, é possível interpretar as articulações entre diferentes organizações sociais para o estabelecimento de relações equivalenciais entre movimentos sociais, organizações coletivas e instituições, construindo estratégias de

⁵ A proposta de Laclau e Mouffe ([1989] 2015), conhecida como “Teoria do Discurso”, pode ser apresentada, em termos gerais e com a ajuda de Howarth (2005), como um sistema de pressupostos ontológicos, conceitos teóricos e preceitos metodológicos que tem como objetivo central a ideia de que todos os objetos e práticas sociais tem um significado contextualizado, relacional e contingente; e que estes significados e práticas, discursos nos termos de Laclau e Mouffe, dependem de um antagonista, de um exterior constitutivo, no sentido de Derrida. Em outras palavras, as relações sociais apresentam quatro propriedades, quais sejam: contingencia, historicidade, poder e a proeminência do político. Através das práticas articulatórias entre distintas categoriais sociais e entre elas e um antagonista que identidades políticas e novos projetos políticos visando disputas em um determinado campo de discursividade são constituídos.

⁶ Para Mendonça (2012), a noção de antagonismo em Laclau e Mouffe ([1989] 2015) guarda um sentido filosófico que diz respeito à relação antagonica entre dois elementos, A e B, que, por um lado, no plano de suas essências, não podem ser concebidos no mesmo sistema sem tornar ele incoerente, e, por outro lado, no plano de suas existências, eles não podem coexistir no mesmo sistema sem torná-lo impossível.

enfrentamento à projetos hegemônicos de ordenamento territorial de maneira conjunta. Passemos, então, a entender esse processo a partir da descrição do caso envolvendo a construção de articulações sociais de resistências à expansão da mineração na Serra do Brigadeiro.

Serra do Brigadeiro: mineração, conflitos ambientais e resistências sociais.

A Zona da Mata mineira de maneira geral, e especialmente o entorno da Serra do Brigadeiro, é tradicionalmente ocupada por agricultores de base familiar que têm a agroecologia como norte de suas atividades desde a década de 1980⁷, o que influenciou, em momento posterior, a criação de uma Unidade de Conservação (UC) na região, qual seja, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB). Segundo Fernandes, Fiúza e Rothman (2007: 1), desde então há mobilizações sociais de agricultores voltadas para a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento na Serra, que integre preservação ambiental e agricultura familiar. Nas palavras dos autores:

Após um intenso processo de mobilização social, em 1986 foi criado o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, com uma área de 13200 ha, em torno do qual encontram-se os municípios que compõem o Território da Serra do Brigadeiro”. “Em 2003, atores sociais que atuavam na promoção de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável na região, formularam e obtiveram aprovação (...) da inclusão da Serra do Brigadeiro no Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais – PRONAT...”. “O Território da Serra do Brigadeiro, constituído por nove municípios (...) compreende (...) região [que] abriga o último remanescente de Mata Atlântica da Zona da Mata, onde se abrigam espécies da fauna e da flora ameaçados de extinção, além de um grande contingente de agricultores/as familiares (...). O Território da Serra do Brigadeiro construiu de forma ascendente e participativa seu instrumento de gestão – o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, que funciona como organizador do processo de articulação e implementação de ações com vistas à transformação do quadro socioeconômico, produtivo, cultural e ambiental da região (...).

Contextualizando esse processo de forma mais abrangente, os autores afirmaram ainda que:

Atualmente estão em disputa na região dois projetos antagônicos de desenvolvimento, um de cunho economicista ligado aos grandes eixos de exportação e superávit primário do governo federal e outro com um viés econômico e forte conotação socioambiental, construído pelos diferentes atores sociais da região. O primeiro propõe a instalação de empresas mineradoras de bauxita em área com predominância de agricultores/as familiares e no entorno de uma Unidade de Conservação da Mata Atlântica. O segundo propõe a construção dialógica de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário com base conservacionista, através do fortalecimento da agricultura de base familiar, da recuperação e conservação ambiental, do turismo comunitário, da agroindústria familiar e do artesanato e, por

⁷ A respeito do processo de territorialização da agroecologia na Zona da Mata mineira, consultar, dentre outros, Ferrari, C. T. (2008), Silva e Florisbello (2009) e Ferrari, E. A. (2010).

fim, do resgate e valorização da cultura (...) (FERNANDES; FIÚZA; ROTHMAN, 2007: 2).

Como pode ser visto nas citações, a Zona da Mata mineira possui uma das mais importantes Unidades de Conservação (UC) de Minas Gerais, criada pelo decreto estadual nº 38.319/96 que instaurou o PESB. Além disso, pôde-se verificar também que o entorno do PESB é atendido por políticas públicas federais e que, desde o ano de 2003, há no local o Território de Desenvolvimento Rural da Serra do Brigadeiro (TSB), homologado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que fez parte do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentáveis de Territórios Rurais (PRONAT). O TSB tem como principais elementos de identidade aspectos ambientais (existência de uma UC e agroecologia), econômicos (agricultura familiar) e culturais que permearam o todo processo de criação e implantação do PESB, primeira UC criada de forma participativa no estado de Minas Gerais⁸.

Assim, desde a criação do PESB e do TSB, agricultores, extensionistas rurais, pesquisadores e diversos profissionais ligados a instituições públicas de pesquisa e extensão rural da Zona da Mata mineira têm debatido estratégias de desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, foram definidos os seguintes eixos estratégicos para alavancar um projeto de desenvolvimento na/para a Serra: i) diversificação produtiva da agricultura familiar; ii) agroindústria familiar e artesanato; iii) preservação e recuperação do meio ambiente; e iv) turismo rural e cultura. Tais ações contemplam aproximadamente 15 mil agricultores familiares na região, distribuídos entre os municípios de Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Sericita.

E é justamente nesse cenário de diferentes projetos de ordenamento territorial que tem se dado inúmeros conflitos ambientais entre, de um lado, a CBA e organizações contratadas por ela para convencimento da população local em relação aos benefícios da atividade de mineração, e, por outro lado, agricultores familiares, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e ONG's que querem manter as propostas de desenvolvimento rural por eles construídas de forma participativa desde o início da década de 2000, tal como apontaram Fernandes, Fiúza e Rothman (2007).

Para melhor visualizar temporalmente os embates que têm ocorrido e que estão ligados à mineração, construímos o quadro síntese (quadro 1). Ele foi feito a partir de análises documentais de materiais e relatórios produzidos pelas organizações sociais que estão

⁸ A respeito do processo de criação do PESB, consultar Bonfim (2006).

construindo ações coletivas de enfrentamento à mineração a partir da Comissão de Luta e Enfrentamento à Mineração de Bauxita na Serra do Brigadeiro (Comissão) desde os anos 2000.

Ano	Evento
2000	CBA retoma as pesquisas minerárias, iniciadas na década de 1960, na Serra do Brigadeiro, “abrindo buracos” nas propriedades dos agricultores sem estes saberem do que se tratava ao certo.
2002/2003	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro começa a difundir informações sobre os reais interesses da CBA na região e inicia intensa mobilização dos agricultores ameaçados exigindo informações dos órgãos ambientais sobre a atividade de mineração. Realização de uma audiência pública com a Superintendência do Meio Ambiente de Minas Gerais (SUPRAM - Regional Zona da Mata) no município de Rosário da Limeira.
2003	Agricultores descobrem o “tamanho do problema” referente à expansão da mineração na Serra e, a partir daí, iniciam uma intensa mobilização contrária à ação da CBA.
2004	Criação da Comissão Regional de Luta e Enfrentamento da Mineração da Zona da Mata Mineira e realização de diversas oficinas e troca de experiências entre atingidos.
2005	Comissão Regional demanda realização de nova reunião pública no município de Rosário da Limeira com a presença de autoridades governamentais para esclarecimentos sobre a atividade de mineração na Serra do Brigadeiro.
2006	Rompimento da barragem de rejeitos de minério em Miraf causando inúmeros impactos socioambientais. Comissão Pastoral da Terra (CPT) organiza agricultores para visitas às áreas impactadas.
2007	Novo rompimento de barragem na região, desta vez em Muriaé. Nova articulação regional construída pelos atingidos, agora com a participação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB-MG). Realização de caminhadas e assembleias populares com os atingidos.
2008	Mobilização popular em Muriaé na BR 356; ocupação pelos atingidos do escritório da empresa mineradora; participação em romarias a nível regional e estadual. Audiência pública com o Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM).
2009	Mobilização social para realização de um encontro regional dos atingidos pela mineração na Zona da Mata mineira.
2010	Manifestação contra a construção de nova barragem de rejeitos no entorno da Serra do Brigadeiro.
2011	Empresa contrata uma ONG para promover ações de “desenvolvimento sustentável” na Serra do Brigadeiro e para prestar esclarecimentos sobre a mineração de bauxita; Reuniões entre empresa e STR's da região; fortalecimento da resistência.

Quadro 1. Síntese dos eventos envolvendo mineração de bauxita e ações coletivas de resistência no entorno do PESB entre 2000 e 2011. Fonte: relatórios e documentos da Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração de Bauxita na Serra do Brigadeiro. Trabalho de Campo, 2016/2017.

Todos estes eventos foram analisados em trabalho anterior (VARIZI, *et. al.* 2016), a fim de compreender o conflito ambiental numa perspectiva histórica. Porém, após o ano de 2011, novas investidas da CBA na Serra do Brigadeiro foram identificadas. Elas passaram a acontecer também no âmbito institucional, e não apenas nas áreas mais diretamente afetadas com a expansão de suas atividades minerárias. Entre tais ações podemos citar: i) realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) dos agricultores no entorno da Serra do Brigadeiro e condicionar sua execução à assinatura de uma declaração de aceitação da atividade de mineração em seus terrenos; ii) participação da CBA no conselho consultivo do PESB; iii) contratação de uma empresa de consultoria para realização de “atividades participativas” junto

com prefeituras dos municípios; iv) atuação da empresa em áreas que não se verificava ações de contestação às suas atividades, enfraquecendo e minando o processo mobilizatório; e v) intensa propagando midiática nos meios de comunicação regionais, estaduais e nacionais.

Com isso, novos desafios foram postos à população ameaçada e organizações/movimentos sociais da Serra do Brigadeiro que constroem a resistência à mineração. Ao nosso ver, essas novas ações da empresa podem ser relacionadas à ideia de “efeito derrame” da mineração, tal como definido por Gudynas (2016: p. 28) que *“se despliegan mucho más allá de la localización espacial de cada emprendimiento. Su énfasis no está en los impactos locales en un sitio, sino en esas afectaciones que a su vez tienen consecuencias que se pueden repetir en muchas otras zonas”*.

Importa registrar que, com a reformulação da ação da CBA, desafios foram postos à articulação política e social de resistência à expansão da mineração na Serra do Brigadeiro. Nesse contexto, a população ameaçada e organizações sociais se viram obrigadas a: i) intensificar suas ações de resistência; e ii) expandir o alcance de suas ações para além dos locais onde estavam atuando, tanto em termos institucionais quanto não-institucionais. Em outras palavras, a articulação de resistência à mineração precisava (i) construir uma territorialidade mais intensiva nos locais onde havia ações da CBA e, ao mesmo tempo, (ii) expandir esta territorialidade a partir da articulação com outros atores sociais parceiros e que estavam dispersos espacialmente ou inseridos em espaços institucionais em que os embates eram possíveis.

E foi diante desse duplo desafio que houve uma reformulação na forma de atuação e na formação da Comissão a partir de 2012, que passou a atuar em rede, formando cadeias de equivalência com outros atores/movimentos sociais que debatiam a questão mineral no estado de Minas Gerais e no país de maneira geral. Entre estes atores/movimentos sociais, cita-se: a Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrovia (Campanha pelas Águas), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), o Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) e o Centro de Análise Socioambiental (CASA) - ambos os grupos vinculados IF Sudeste MG/Campus Muriaé -, a igreja católica e escolas rurais.

Nesse contexto, e nos limites desse trabalho, nos próximos tópicos destacaremos algumas estratégias empregadas pela Comissão objetivando compreender sua reformulação política, espacial e social para (re)construir a resistência à mineração na Serra do Brigadeiro entre os anos de 2012 e 2017.

I Encontro das Redes de Resistência à Mineração da Zona da Mata mineira

Diante da necessidade de melhor compreender as novas investidas do setor mineral no âmbito nacional em termos gerais e especificamente da CBA na Serra do Brigadeiro, a Comissão Regional de Luta contra a Mineração de Bauxita se articulou com a Campanha pelas Águas⁹, a fim de construir um espaço de debate sobre os cenários de avanço da atividade de mineração na Zona da Mata mineira nos próximos anos. Foi nesse sentido que, em novembro de 2012 no município de Miradouro foi realizado o I Encontro das Redes de Resistência à Mineração na Zona da Mata mineira, agregando Comissão, Campanha pelas Águas, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), igreja, dentre outras organizações sociais.

Esse evento proporcionou um encontro de distintas trajetórias sociais de luta contra a mineração da Zona da Mata em um “aqui e agora” que, por sua vez, possibilitou novo processo político de resistência, engendrando novas geometrias de poder, no sentido proposto por Massey (2008). Segundo um dos participantes deste encontro por nós entrevistado:

(...) foi um momento de conhecimento dos projetos do setor mineral para a região e, sobretudo, de reconhecimento dos atingidos da Zona da Mata (Atingido Miradouro, entrevista, trabalho de campo, 2016).

A partir desse encontro a espacialidade e a identidade política da Comissão se modificaram, uma vez que, ao invés de encaminhar ações particulares contra determinado empreendimento mineral de forma localizada, o que se viu foi o reconhecimento de uma opressão comum envolvendo o setor mineral, ou seja, o reconhecimento de um antagonista no plano mais geral, conforme apontaram Laclau e Mouffe (2015). Então, não mais estava em discussão o atingido por mineroduto ou pela mineração de bauxita, mas o “atingido por mineração” de forma geral, ampliando o entendimento sobre essa categoria social e sobre os espaços de debates que ela poderia se inserir. Entrevistas com um representante da Comissão em Muriaé e com um dos coordenadores da Campanha pelas Águas em Viçosa nos serviram de base para tais argumentações.

Em Muriaé e Miradouro já existiam ações de resistência de atingidos por mineração. Desde 2004 existe a Comissão Regional que surgiu a partir da necessidade de enfrentar os novos projetos da CBA na região. Nossa região é de agricultura familiar,

⁹ Trata-se de uma articulação discursiva contrária à instalação de um empreendimento minerário, um mineroduto, entre os municípios de Congonhas (MG) e Presidente Kennedy (ES), passando pela Zona da Mata mineira. Para mais detalhes a respeito desta articulação discursiva de resistência à mineração, consultar Magno (2017).

de um povo simples, e a mineradora aproveitava disso e enganava essa gente. Foi só com a percepção do problema que a mineração de bauxita representava que passamos a atuar no sentido de informar o que era de fato a mineração. Foi aí que os sindicatos, principalmente de Miradouro e Muriaé, somaram nessa luta. Mas, durante um bom tempo, acho que entre 2006 e 2011, essa comissão ficou meio parada, sem muito apoio. Foi com a articulação com o pessoal de Viçosa que deu fôlego a ela. Em 2012, o encontro da resistência em Miradouro reascendeu a luta aqui. Isso foi muito positivo porque as pessoas daqui viram que o problema não era só nosso, era de mais gente que estava fazendo luta e tendo resultados. Acho que isso foi muito positivo mesmo (Atingido Muriaé, entrevista, trabalho de campo, 2016).

Em Miradouro foi um encontro que nem esperávamos, mas foi muito bom. Sabíamos que um tempo atrás tinha conflito com mineração naquela região de lá da Serra do Brigadeiro, mas não tínhamos ainda conseguido articular com eles. Foi numa reunião de planejamento da Campanha que chegou essa demanda. Não sabíamos o que fazer a princípio, mas a sugestão do encontro foi boa. No encontro foi muita gente mesmo, de Miradouro e Muriaé. Naquela região o povo é muito organizado e participam mesmo. Nesse encontro fizemos uma oficina que tinha a intenção de ver as diferentes lutas, a deles contra a CBA e a nossa aqui contra a *Ferrous*. (...) Na oficina teve um ponto que as lutas se encontravam, no encontro mesmo percebemos isso. Aí vimos que uma luta maior contra a mineração era necessária na região, não apenas contra a empresa tal. Sabíamos que haveriam momentos que ações isoladas eram necessárias, mas uma ação articulada também seria importante (Atingido Viçosa, entrevista, trabalho de campo, 2016).

Além dessa ação em nível regional, também foram realizadas inserções nas escalas estadual e nacional. Este processo se deu justamente em função da mudança de percepção proporcionada a partir do encontro em Miradouro, já que se reconhecer enquanto atingido por mineração e não apenas por um determinado empreendimento minerário exigia o entendimento de uma conjuntura relativa ao modelo mineral brasileiro. Segundo o coordenador da Campanha pelas Águas entrevistado:

No nível regional nós tentamos fazer trabalhos em vários municípios (...). Nós tentamos mobilizar tanto a resistência à bauxita, quanto ao mineroduto. E também houve a participação nas audiências na assembleia legislativa, com alguns deputados parceiros, onde também pudemos articular com outros movimentos. Nesses espaços maiores, fomos conhecendo os movimentos de resistência, com atuação no norte de Minas Gerais e na região metropolitana de Belo Horizonte. E essa referência foi se inserindo em nossas ações. (...) No caso do mineroduto, por exemplo, dificilmente vamos conseguir derrubar se não houver alguma coisa unificada, no trajeto todo. Então, nessa articulação regional, percebemos que tem comunidades sofrendo com os mesmos problemas e movimentos tentando organizar o povo. Por exemplo, em Morro do Pilar, no norte de Minas, e nós aqui conseguirmos unificar e levar isso ao movimento estadual. Assim nós temos mais força. No início nós estávamos discutindo só os impactos concretos da mineração aqui, mas com o conhecimento de outras lutas passamos a discutir também o modelo de mineração, cujo projeto é consequência, e isso nós só conseguiremos fazer se ampliarmos o âmbito da discussão. Então, pretendemos elevar isso ao nível nacional para entender qual é o projeto de mineração para o Brasil. Essa articulação é necessária, pois se nós não formos na raiz do problema, que é o projeto de mineração que é colocado pelas corporações, nós não sanaremos o problema. Um dia vem *Ferrous*, no outro dia vem Samarco, Vale e outras. Foi aí que percebemos que nacionalmente havia uma articulação sendo construída e começamos a dialogar com ela. (Atingido Viçosa, entrevista, trabalho de campo, 2016).

A citação de parte da entrevista mostra os desafios e as possibilidades dadas com as últimas ações de resistência. Mas, para além disso, ela destacou também a necessidade que ação coletiva de resistência se deparou quando ampliou sua narrativa política escalar (SWYNGEDOUW, 2004), o que evidenciou o imperativo de adentrar em articulações estaduais (articulando com organizações de resistência à mineração no município de Morro do Pilar, por exemplo) e nacionais para debater o modelo de mineração brasileiro. Foi então que, a partir de 2015, a Comissão passa a compor o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), representando os atingidos por mineração da Zona da Mata mineira de forma geral.

A inserção de atingidos por mineração da Zona da Mata em articulações de âmbito nacional possibilitou a compreensão da conjuntura da questão mineral no país e, de forma mais específica, do campo da discursividade envolvendo mudanças políticas recentes tocantes ao Código da Mineração, que trariam implicações territoriais para a região. Por agora, importa registrar que, com essa inserção, a Comissão se tornou um ponto de articulação dessas organizações no estado de Minas Gerais. A partir dela é que houve uma agregação do MAM em suas ações, e esta organização, em maior ou menor grau, passou a “marcar presença” na região.

Com efeito, esses processos de reformulação política e espacial ampliou o discurso contestatório da Comissão. Eles mostraram que, às vezes, é necessário concentrar forças em ações pontuais e locais, na perspectiva do território-zona, e outras vezes é necessário articular para além do local ações que incidam na conjuntura, apoiadas no território-rede (HAESBAERT, 2014). E isso tem efeitos para a espacialidade da ação coletiva, que se modifica constantemente, ganhando contornos ora locais, ora regionais, estaduais ou nacionais.

Assembleias Populares sobre Mineração: um debate urgente e necessário!

Outra estratégia agenciada pela Comissão Regional de Luta contra a Mineração de Bauxita na Serra do Brigadeiro e que esteve relacionada com sua (re)formulação política e espacial, foi a construção de diversas Assembleias Populares sobre a Mineração (AP's).

Tendo como objetivo a reflexão, o debate e a produção de uma memória política sobre a mineração através da luta dos atingidos em contradição com o capital mineral e tendo como norte a superação do modelo mineral brasileiro, as AP's são uma das principais estratégias do MAM na construção de sua luta atualmente. Como informado pelo movimento em sua página na internet, as AP's

(...) são um esforço de politizar o debate, nacionalizando o conflito político, que hoje é tratado região a região, de cidade a cidade, de empresa por empresa, de governo a governo quando se fala em mineração. O Brasil é um país minerador, então a proposta é que as assembleias sejam espaços também de contribuição para um diagnóstico regional e nacional de como as empresas e governos atuam, e como o povo está se organizando para defender os seus direitos e territórios¹⁰.

Na Serra do Brigadeiro, desde 2015, diversas AP's foram realizadas, e, para além do objetivo de apresentar respostas aos questionamentos e dúvidas referentes à mineração na região e que já vinham sendo realizadas desde os anos 2000 (vide quadro 1), elas tiveram a intenção de dar visibilidade à insatisfação da população com relação à vinda de empreendimentos minerários e de (re)organizar a resistência. Foram nelas que os atingidos conheceram outras organizações sociais que encampavam lutas contra grandes empreendimentos minerários no estado de Minas Gerais, estabeleceram estratégias de ações e de formação política e definiram as palavras de ordem, a saber: “Mineração? Aqui não!”.

As figuras 1 e 2 mostram a intensa participação social nas AP's realizadas nos municípios de Muriaé e Rosário da Limeira, respectivamente.



Figuras 1 e 2: Assembleias Populares realizadas pela Comissão Regional de Luta Contra a Mineração na Serra do Brigadeiro nos municípios de Muriaé e Rosário da Limeira, respectivamente, 2015. Fonte: Arquivos do Centro de Análise Socioambiental – IF Sudeste MG/Campus Muriaé, 2015.

Manifestação pública: usos e apropriações espaciais em questão.

Um dos principais encaminhamentos efetivados nas AP's foi o de realizar uma manifestação pública dos atingidos direta e indiretamente. A Comissão, juntamente com os participantes das AP's, considerou importante mostrar à população do campo e das cidades que existia resistência à mineração, que ela exigia respostas aos seus questionamentos e, principalmente, que exerciam seu direito de dizer “não”. Tal ação foi planejada para mostrar a

¹⁰ Disponível em: <http://mamnacional.org.br/2017/05/17/assembleias-populares-da-mineracao-um-debate-urgente-e-necessario/>. Acessado em 23 de agosto de 2017.

insatisfação em relação ao projeto de expansão da CBA e também de tentar angariar apoio da população em geral.

Nesse contexto, foi organizada uma manifestação pública no distrito de Belisário, município de Muriaé, que agregou atingidos pelo mineroduto de Viçosa, estudantes e organizações sociais de Muriaé, Rosário da Limeira e Miradouro e outras organizações que apoiavam a luta de maneira geral. De acordo com um dos entrevistados:

A manifestação tinha um objetivo que era o de alertar a população sobre os perigos da mineração, tanto em termos de violação de direitos como no que se refere aos impactos ambientais. Então, a manifestação tinha que mostrar que a expansão da mineração iria prejudicar muito os municípios do entorno da Serra que têm como carro-chefe de suas economias a agricultura familiar. (Atingido, entrevista, trabalho de campo, 2016).

Importa registrar que essa manifestação (figuras 3 e 4) visibilizou definitivamente os diferentes usos e apropriações territoriais em questão na Serra do Brigadeiro. Evidentemente que ela não queria negar o desafio político que o projeto de mineração representava, mas sim mostrar que o uso do espaço é motivo de contestação e conflito, e que ele comporta possibilidades de estabelecimento de projetos de ordenamento territorial alternativos aos hegemônicos. Ou seja, essa ação marcou e demarcou os usos e apropriações espaciais em disputa na Serra do Brigadeiro.



Figuras 3 e 4. Manifestação no distrito de Belisário, município de Muriaé, 2016. Fonte: Arquivos do Centro de Análise Socioambiental – IF Sudeste MG/Campus Muriaé, 2016.

Intercâmbio de atingidos de áreas impactadas por projetos de mineração no Brasil

Outra ação encampada de maneira conjunta pela Comissão e pelo MAM foi a realização de um intercâmbio entre atingidos por mineração de diversas regiões do país, a fim de realização de trocas de saberes, de formação política e também de trabalhos de base em comunidades ameaçadas com o avanço da mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro.

Cerca de 80 atingidos vieram dos estados de Goiás, Mato Grosso, Bahia, Ceará, São Paulo, Pará e de outras regiões de Minas Gerais para a Zona da Mata mineira em abril de 2017. Entre as atividades do intercâmbio/troca de saberes estavam: i) espaço de formação sobre questão mineral de forma geral e, particularmente, sobre a problemática referente à mineração de bauxita no entorno da Serra do Brigadeiro; ii) visitas a áreas já mineradas pela CBA; iii) distribuição dos atingidos entre os municípios de Muriaé, Miradouro e Rosário da Limeira para realização de trabalhos de base a partir de metodologias populares como teatro do oprimido, confecção de cartazes, oficinas sobre impactos socioambientais da mineração, dentre outras.

Foram cinco dias de intenso trabalho, encontros, conversas e vivências, que culminou com uma missa realizada pela Diocese de Leopoldina no distrito de Belizário (Muriaé). Nesta missa foram abordados aspectos sociais, ambientais, culturais, econômicos e políticos da mineração na Zona da Mata mineira e ela contou ainda com uma intervenção organizada pelos atingidos por mineração em intercâmbio, apresentando cartazes com as belezas naturais da Serra do Brigadeiro e que, do lado oposto dos mesmos, traziam escrito em letras garrafais “Mineração? Aqui não!”.

Segundo um atingido por nós entrevistado:

O intercâmbio foi fundamental para nossa formação. Pudemos ver que o problema da mineração é muito amplo, abrange muitos estados brasileiros e conhecer as experiências desse pessoal Brasil afora é importante para ver que não estamos sozinhos nessa luta. Eu recebi pessoas do Pará em casa e, em nossas conversas, vi que o problema lá é gigantesco e que eles já sofrem com os impactos da mineração. Aqui não, aqui temos que resistir para não chegar a um ponto preocupante. Eles me falavam constantemente: “você são ricos, você têm agricultura, a água. Olha só, a água brota nos cantos aqui. Se a mineração vier para cá isso vai acabar”. Isso me alertou e me fez sentir mais vontade de lutar. (Atingido, entrevista, trabalho de campo, 2017).

Reunião com a Secretaria dos Direitos Humanos e Audiência Pública com a Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

As ações realizadas a partir da reformulação política e espacial da Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração de Bauxita na Serra do Brigadeiro tiveram vários efeitos, positivos e negativos. Entre os efeitos positivos, destacamos: i) amplo apoio popular às ações da Comissão; ii) realização de trabalhos de base em comunidades rurais atingidas/ameaçadas pela mineração na Serra do Brigadeiro; iii) formação política sobre a questão mineral brasileira; iv) fortalecimento de parcerias para encampar ações coletivas na Serra do Brigadeiro; e v) formação de coletivos envolvendo juventude rural e urbana para debater a questão mineral com uma perspectiva geracional e de gênero.

Quanto aos efeitos negativos, nos restringiremos a abordar apenas um deles, qual seja: a ameaça de morte a um frei da Comunidade Franciscana Santa Maria dos Anjos¹¹ que encampa ações de debate e resistência à mineração de bauxita na sua comunidade religiosa e no entorno da Serra do Brigadeiro de maneira geral. Embora o ocorrido não tenha envolvimento direto da CBA, como a própria empresa em várias notas publicadas na mídia apontou, ele esteve ligado, em maior ou menor grau, à insatisfação da intensificação das ações de resistência à mineração na região nos últimos anos.

O fato é que tal ameaça foi considerada um crime, violando a liberdade de expressão e intimidando participantes da Comissão à cessarem suas ações. Diante desse fato gravíssimo, o que ocorreu foi justamente o contrário: a intensificação das ações de enfrentamento à mineração e a articulação com novos atores/organizações sociais. Nesse sentido, houve a necessidade de construir uma ação no âmbito institucional, angariando apoio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação e Cidadania (SEDIPAC) para inclusão do frei em um programa de proteção a defensores dos direitos humanos do governo do estado de Minas Gerais.

Essa demanda foi protocolada junto à SEDIPAC e formalizada a partir de uma reunião com o a presença do Secretário dos Direitos Humanos do Governo de Minas Gerais na comunidade de Belisário. Além disso, também foi demandada a realização de uma Audiência Pública Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) no mesmo local, a fim de dar encaminhamentos a demandas específicas ligadas à segurança do frei, à segurança pública do distrito de Belisário e também as relativas à expansão da mineração na Serra do Brigadeiro. As figuras 5 e 6 mostram tais reuniões e a participação social nas mesmas.

¹¹ Essa ameaça foi amplamente noticiada pela mídia e por grupos de pesquisa e organizações sociais parceiras da luta contra a mineração. Algumas delas podem ser consultadas em <https://blogdopedlowski.com/2017/06/26/conflicto-em-belisario-em-entrevista-frei-gilberto-confirma-sua-disposicao-de-luta-contra-a-mineracao/>, <http://www.mst.org.br/2017/02/24/frei-gilberto-e-ameacado-de-morte-e-recebe-solidariedade-de-organizacoes-e-movimentos-sociais-de-todo-pais.html>, <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/24/frei-gilberto-e-ameacado-de-morte-e-recebe-solidariedade-de-organizacoes-e-movimentos/> e <https://oglobo.globo.com/brasil/exploracao-de-minerio-enfrenta-resistencia-de-moradores-em-distrito-de-minas-21083328>.



Figuras 5 e 6. Encontro com o Secretário de Direitos Humanos do Governo do Estado de Minas Gerais; Audiência Pública com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2017. Fonte: CASA/IF Sudeste MG e

https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/internaPauta.html?idCom=8&dia=26&mes=06&ano=2017&hr=18:00&tpCom=2.

Como encaminhamentos dessas duas reuniões destacamos: i) inclusão do frei no programa de proteção a defensores dos direitos humanos do governo do estado; ii) demanda de um destacamento da Polícia Militar para o distrito de Belisário, município de Muriaé; iii) que a ALMG intervenha junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) para a Comissão ter acesso a todos os processos de licenciamento ambiental referentes à mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro; iv) destinação de recursos para implementação de projetos de formação de defensores dos direitos humanos na Zona da Mata; e v) que a Serra do Brigadeiro seja considerada um território livre da mineração.

Evidentemente que os encaminhamentos realizados nessas reuniões não garantem proteção ou segurança ao frei ameaçado e, embora os desafios sejam enormes, a população segue firme no seu projeto de resistência à mineração, principalmente após a visibilidade internacional que a tragédia ocorrida no município de Mariana-MG ganhou e que, de certa forma, deu fôlego para as organizações sociais contrárias ao projeto hegemônico de ordenamento territorial da mineração continuar suas atividades de mobilização social.

Considerações finais

Apesar de a questão mineral brasileira só ganhar visibilidade na academia e no senso comum após a tragédia-crime da Samarco ocorrida na Bacia do rio Doce no final do ano de 2015, o trabalho procurou apresentar que esta já se configurava desde meados dos anos 2000, quando a produção mineral brasileira experimentou um *boom*.

O crescente aumento da extração de minérios produz um cenário permeado de conflitos no país, mas principalmente nos estados de Minas Gerais, um dos maiores produtores de

recursos minerais do Brasil. Tais conflitos, ao nosso ver, estão sendo acirrados pelos encaminhamentos políticos que estão em curso no âmbito dos poderes Legislativo e Executivo federal. Referimo-nos especialmente à tramitação do Novo Marco Legal da Mineração (PL 5807/13), que pretende modificar o atual Código da Mineração brasileiro, e que pode ser considerado o “Código das Mineradoras”, pois atende aos anseios desse setor sem ter nenhum espaço reservados às comunidades afetadas por esses empreendimentos ou mesmo aos ecossistemas que serão impactados. Além desse documento, também tentamos mostrar os desafios que o Plano Nacional da Mineração (PNM - 2030) coloca para as diversas populações ameaçadas por empreendimentos minerários e das medidas provisórias recentemente publicadas pelo governo ilegítimo.

Nessa conjuntura política, econômica e ambiental, parece que as ações não-institucionais podem contribuir mais para o fortalecimento de identidades coletivas, politização e formação de agricultores familiares, como procuramos mostrar a partir da descrição e análise dos conflitos envolvendo mineração de bauxita e comunidades rurais na região da Zona da Mata mineira. Fortalecer a resistência é uma tarefa contínua e que deve ser levada à cabo pelos movimentos sociais e demais organizações políticas da região.

No contexto econômico atual, que visa alavancar mais uma rodada de crescimento econômico através das *commodities*, os grandes projetos de infraestrutura, de geração de energia elétrica e de extração mineral ameaçam conquistas sociais e ambientais importantes no país de forma geral e na Zona da Mata mineira especificamente. Nesse cenário, uma demanda emerge das comunidades atingidas nesta região do estado de Minas Gerais, qual seja: reconstruir a memória da população da região no que se refere aos impactos socioambientais já causados por empresas mineradoras e, assim, reacender o debate sobre conflitos ambientais e política de desenvolvimento regional na população de forma geral, tanto urbana quanto rural. Para os autores desse trabalho, esta é uma tarefa urgente. Assim, para ações posteriores, destacamos a necessidade de elaboração de projetos que tenha essa finalidade.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13 - 35.

BONFIM, V. R. Conflitos, participação e lições aprendidas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) UFV, Viçosa, 2006.

BOTTARO, L; ÁLVAREZ, M. S. Escalas, actores y conflictos: etapas de la movilización en respuesta al avance de la megaminería en Argentina. ”. In: ZHOURI, A; BOLADOS, P; CASTRO, E. (Orgs.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016. p.111-130.

BRANDÃO, C. R. A participação da pesquisa no trabalho popular. In, BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a. p.221-252.

CARNEIRO, E. J. Atividades minerárias e conflitos ambientais e territoriais em Minas Gerais, Brasil: trajetória histórica. In: ZHOURI, A; BOLADOS, P; CASTRO, E. (Orgs.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016. p. 255-277.

DELESPOSTE, A. G; MAGNO, L. “Ocupar de novo para defender o que é nosso” a histórica resistência às barragens da comunidade rural Casa Nova, Guaraciaba-MG. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, nº 2, maio/ago, 2013. p. 267-280. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v25n2/a05v25n2.pdf>. Acessado em 28 de agosto de 2017.

FERNANDES, M. L. D; FIUZA, A. L. C; ROTHMAM, F. D. Territorios y procesos de construcción social en la Sierra de Brigadeiro, Minas Gerais. In: BENGGOA, J. (Org.). **Territorios rurales: movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina**. Santiago do Chile: Catalonia, 2007. p. 561-595.

FERRARI, C. T. **Desenvolvimento territorial: olhares geográficos para a construção de territorialidades alternativas – um estudo a partir do Território Rural da Serra do Brigadeiro**. Monografia (Bacharelado em Geografia), UFV, Viçosa-MG, 2008.

FERRARI, E. A. **Agricultura familiar camponesa, agroecológica e estratégias de reprodução socioeconômica**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), UFV, Viçosa-MG, 2010.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 34-41.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 7º Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 7º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 44º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GUDYNAS, E. Extractivismos en America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURI, A; BOLADOS, P; CASTRO, E. (Orgs.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016. p.23-44.

HAESBAERT, R. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 18, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/27063/14690>. Acessado em 12 de janeiro de 2017.

HOWARTH, D. Aplicando la teoría del discurso: el método de la articulación. **Studia Politicae**. Nº5, out, 2005. p. 37-88.

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Blackwell: Oxford, 1991.
- MAGNO, L. “A água vela mais que o minério”: impactos socioambientais da implantação de um mineroduto na microrregião de Viçosa e a construção da resistência. **Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, João Pessoa-PB, 2013.
- MAGNO, L. Ordenamento territorial da mineração de bauxita no Brasil. **Anais do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Goiânia-GO, 2015^a.
- MAGNO, L. Ordenamento territorial da mineração no Brasil e conflitos ambientais. **Geografias**, Belo Horizonte, v.11, n°1, jan/jul, 2015b;
- MAGNO, L. **Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil**: teorias, escalas e estratégias. Tese (Doutorado em Geografia), UFSC, Florianópolis-SC, 2017.
- MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. SP: Papyrus, 2000, pp. 176-185.
- MASSEY, D. **Pelo espaço**. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MENDONÇA, D. de. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**. N°9, Brasília-DF, set/dez, 2012. p. 205-228. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n9/08.pdf>. Acessado em 28 de agosto de 2017.
- SANTOS, M. **Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4° Ed. 2° Reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006.
- SILVA, M. G. da; FLORISBELO, G. R. A Organização Econômica e a Construção da Agroecologia na Zona da Mata Mineira. **Cadernos de Agroecologia**, v. 4, n. 1, 2009. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=Florisbelo%2C+Glauco+Silva%2C+M%C3%A1rcio+Agroecologia&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5. Acessado em 28 de agosto de 2017.
- SWYNGEDOUW, E. Globalisation or glocalisation? Networks, territories and rescaling. **Cambridge Review of International Affairs**, 17: 1, 2004. p. 25-48. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0955757042000203632#.VARzovldX1Y>. Acesso 10 de junho de 2013.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14°ed. São Paulo: Cortez, 2005
- TOLEDO, H. R; GUTIÉRREZ, F. Conflictos socioambientales mineros en Chile: la expansión minera y la articulación identitaria indígena en el “Norte Grande”. In: ZHOURI, A; BOLADOS, P; CASTRO, E. (Orgs.). **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016. p.67-90.
- VARIZI *et. al*; 2016. Ordenamento territorial da mineração de bauxita na Zona da Mata mineira. **Anais do III Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão do IF Sudeste MG**, Rio Pomba-MG, 2016.
- ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 11-31.